

Avenida Graça Aranha 35, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20030-002
Telefones: (21) 3037-6001 ou (21) 3037-6002 - www.ancine.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 01416.011581/2018-23

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de uso de licenças de softwares aplicativos, bancos de dados e sistemas operacionais, incluindo suporte técnico e garantia de atualização das versões, destinados aos equipamentos e serviços de rede da ANCINE, com a finalidade de manutenção e expansão das licenças utilizadas no parque computacional, pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

1.2. Tabela com listagem e quantidade de licenças:

Grupo	Item	Subitem	Quantidade	SKU	Item Name
1	1 (Software como Serviço)	1.1	800	AAA-10756	M365 E3 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr
		1.2	3	N9U-00002	VisioOnlnP2 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr
		1.3	15	7LS-00002	ProjOnlnProf ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr
		1.4	3	7SY-00002	ProjOnlnPrem ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr
		1.5	40	3Q2-00002	ProjOnlnEssntls ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr
	2 (Renovação de Manutenção e Suporte)	2.1	64	9GA-00006	CISSteStdCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic
		2.2	24	9GS-00495	CISSteDCCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic
	3 (Aquisição de Software)	3.1	10	7NQ-00302	SQLSvrStdCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic

1.3. Todos os itens contam com manutenção durante toda a vigência do contrato (36 meses).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Gerência de Tecnologia da Informação propõe o emprego e contratação de licenciamento de tecnologia de automação da produtividade nas estações de trabalho e servidores de rede, através da contratação de licenças de uso de software para este fim, respeitando-se as formas e recomendações oficiais de licenciamento indicadas pelo fabricante original do produto e as características de operação deste tipo de tecnologia no ambiente da Agência Nacional do Cinema, atendendo a legislação aplicável ao software no Brasil, Lei nº. 9.609/98, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País.

2.2. Esta contratação visa seguir a diretriz D3 e D14 do PDTIC 2017/2020 da Ancine que em seu corpo especifica a "Integração das soluções tecnológicas da ANCINE"; bem como às ações A1-7 e B1-8 que especifica o texto "Adquirir/Renovar Software e licenças"; e à necessidade 115 do inventário de necessidades que versa sobre "Renovação de licenças para softwares Microsoft 2017-2020".

2.3. Ademais, outras necessidades do PDTIC 2017/2020 serão atendidas com esta contratação, todas elas listadas no Documento de Oficialização da Demanda (0999191).

2.4. Neste momento a Ancine tem um contrato de licenciamento ativo com a Microsoft (Processo Administrativo 01416.024532/2017-70), que tem seu termo no dia 30/11/2018. Após esta data, em caso da não contratação proposta, a Ancine não terá mais direito ao suporte técnico por parte da Microsoft, bem como não poderá mais atualizar as versões de seus softwares, no caso de um novo lançamento por parte da fabricante.

2.5. Tecnicamente, os softwares especificados permitirão a implementação e manutenção de funcionalidades modernas e adequadas às mais úteis finalidades tecnológicas de um ambiente de trabalho, como exemplo, o home-office (teletrabalho). Como resultado, prevemos a manutenção da produtividade no uso das estações de trabalho, e a melhora do acesso pleno aos dados residentes nos servidores de rede (que estarão, em sua maioria, na nuvem), com a conseqüente elevação do reconhecimento nos níveis de qualidade dos serviços prestados pela SGI/GTI.

2.6. Uma das missões básicas da unidade que administra a TI é a disponibilização de ferramentas de produtividade para os usuários nas estações de trabalho individuais, equipando-as com uma camada de serviços de mensageria e colaboração no ambiente de rede de dados departamentais, através de tecnologia que permita desenvolvimento de missão como agentes do serviço público, no pleno desempenho de suas tarefas funcionais demandadas no seu ambiente de trabalho. Nesta nova contratação, serão multiplicadas as ferramentas de produtividade e colaboração, trazendo ganhos para todos os setores da Ancine. E todas essas ferramentas poderão ser utilizadas em computadores da Agência, nos smartphones pessoais, tablets, notebooks e computadores pessoais, em qualquer lugar que o usuário dos sistemas esteja.

2.7. Desta forma, a fim de contribuir para a produtividade no cumprimento da missão pública de cada unidade da ANCINE através de seus agentes, a SGI/GTI deve disponibilizar o uso de softwares da categoria Produtividade de Escritório em estações de trabalho e serviços de Mensageria e Colaboração no ambiente dos usuários e no ambiente da rede de dados que os interliga, bem como em suas casas, em viagens nacionais e internacionais e quaisquer outros lugares, bastando uma conexão à internet.

2.8. A ANCINE tem utilizado a suíte de automação de escritório da Microsoft nos últimos 16 anos. Devido ao fato das suítes de automação de escritório da Microsoft dominarem os mercados corporativo e doméstico brasileiros, os servidores e colaboradores, normalmente, já dominam e utilizam essas ferramentas fora do ambiente de trabalho. A inserção de uma solução diferente requer significativo investimento em mudança de cultura e administração de conflitos constantes advindos do uso de suítes distintas.

2.9. Outrossim, por se tratar de ferramenta de uso em larga escala nas atividades do dia-a-dia por todos os servidores da ANCINE, os aspectos referentes a custos com a migração para um diferente pacote de programas, o conhecimento e a cultura organizacional, custos com treinamento, legado histórico e configurações de soluções e de equipamentos são elementos com alto impacto nos processos de trabalho e nos níveis de produtividade e não devem ser desconsiderados.

2.10. A migração para outra ferramenta exigirá muito mais investimento em treinamento do que o necessário no caso de apenas se atualizar a solução atual. Sem dúvida, esses aspectos e variáveis precisam ser considerados. A mudança para outra suíte de automação de escritório, mesmo que possível, certamente gerará

redução nos níveis de produtividade por período relativamente longo.

2.11. No campo econômico, a escolha e forma de contratação das tecnologias e produtos apresentados irão permitir uma relação custo/benefício diferenciado, possibilitando a maximização do recurso de TI necessário para equipar o parque instalado atual e também ganhos significativos na qualidade e desempenho da oferta de serviços prestados aos usuários da rede de dados da ANCINE, considerando principalmente os aspectos de:

2.11.1. Manutenção da padronização do parque computacional, com a instalação de tecnologia de ponta nesta categoria de software;

2.11.2. Adequação do ambiente computacional para a premente necessidade do teletrabalho, com as ferramentas incluídas no pacote Office 365, que também reserva variados softwares de colaboração e produtividade.

2.12. É válido ressaltar que a seleção dos itens propostos foi elaborada com base nas funcionalidades presentes nas versões mais atuais dos produtos.

2.13. A necessidade de manter o parque atualizado decorre das seguintes razões:

2.13.1. Com relação aos equipamentos servidores de rede de dados: prover atualizações de segurança com o objetivo de resguardar o sistema de armazenamento e o funcionamento das informações corporativas; e proporcionar o usufruto/disponibilização de novas funcionalidades/capacidades para os serviços de rede de dados, com o objetivo de atender às necessidades e expectativas dos usuários por meio da oferta de tecnologias compatíveis com as utilizadas no mercado;

2.13.2. Com relação aos microcomputadores: preservar a compatibilidade com os servidores de rede de dados e com novos equipamentos/softwares adquiridos; e, em segundo lugar, proporcionar o usufruto/disponibilização de novas funcionalidades para os softwares.

2.14. Em razão da premente necessidade de adequação do ambiente de TI ao teletrabalho e visando também o provimento de serviços vitais em regime 24x7 e em qualquer parte do mundo aos usuários da Ancine está sendo proposta a aquisição do Microsoft Office 365, que é composto das seguintes soluções e benefícios (todas providas em nuvem da Microsoft):

- Pacote Office (Word, Excel, PowerPoint, Outlook, OneNote, Publisher, SharePoint, OneDrive for Business, Skype, Access);
- Possibilidade de instalação do Office em até 15 dispositivos pessoais de cada usuário;
- Caixa de Correio de até 100 GB e anexos de até 150 MB;
- Possibilidade de criptografia de mensagens eletrônicas;
- Reuniões no Skype for Business para até 10.000 pessoas;
- Compatibilidade entre o Skype for Business e o Skype;
- Software Microsoft Teams (esse serviço reúne chats, conteúdo, pessoas e ferramentas para que as equipes tenham acesso imediato a tudo o que precisem);
- Armazenamento de arquivos em nuvem Microsoft;
- Rede social corporativa (yammer);
- Office Online (edição de documentos em navegador);
- Gerenciamento de trabalho (software Planner);
- Sway;
- Automação de fluxo de trabalho (Microsoft Flow);
- Desenvolvimento de aplicativos web (PowerApps).

2.15. Estão sendo contratadas as seguintes versões do software MS Project Online (gerenciamento de Projetos):

2.15.1. Project Online Professional, ferramenta utilizada por Gerentes de Projetos. Será utilizada pela SEC / Escritório de Projetos, pela GTI, em suas coordenações, e por outros usuários-chave da Agência, que trabalham com gerenciamento de projetos em suas áreas.

2.15.2. Project Online Premium, ferramenta utilizada por Gerentes de Portfólio, agregador de projetos. Será utilizada pela SEC / Gerente de Projetos.

2.15.3. Project Online Essentials, ferramenta utilizada por membros de equipe de projetos. É uma

versão simplificada do Project que dá acesso somente à atualizar o status d um projeto.

2.15.4. Todas essas versões do MS Project trarão os benefícios da gestão de projetos integrada às ferramentas de colaboração do Microsoft Office 365, com o benefício de poder ser utilizado dentro e fora da Agência. Este software será utilizado pelo Escritório de Projetos da Ancine, pelos Coordenadores da Gerência de Tecnologia da Informação, além de seu Gerente, bem como pessoas-chave em outras áreas da Ancine.

2.16. Justifica-se a aquisição em lote, pois os itens possuem natureza similar ou complementar e pertencem ao mesmo fabricante – um fornecedor que oferece um item, certamente também oferece os demais itens do grupo. Dessa forma, é possível obter um suporte padronizado.

2.17. Outra licença necessária é a do Visio Online Premium, ferramenta de desenho de fluxogramas e diagramas, necessária para modelar a infraestrutura de rede da Ancine, bem como outros tipos de diagramas. Esta licença será utilizada pela Coordenação de Infraestrutura e Segurança da Informação (GTI).

2.18. Ademais, estão sendo adquiridas licenças de Microsoft SQL Server Standard, um Gerenciador de Banco de Dados necessário para trabalhar em conjunto com a solução de monitoramento de ativos da Ancine, o Whatsup Gold; e com a solução de gerenciamento de logs (SIEM) da Ancine, o LogRhythm.

2.19. Cabe ressaltar que, adquirindo este pacote, a Ancine terá direito a um armazenamento de 9 TB na nuvem da Microsoft (Sharepoint), podendo armazenar seus arquivos corporativos. Esta funcionalidade será imprescindível, pois o atual servidor de arquivos utilizado na agência está no limite de sua capacidade, e se não for efetuado essa contratação, deverá ser adquirido um novo Storage.

2.20. Justifica-se a aquisição em lote único (os três itens), pois os itens possuem natureza similar ou complementar e pertencem ao mesmo fabricante – um fornecedor que oferece um item, certamente também oferece os demais subitens. Dessa forma, é possível obter um suporte padronizado.

2.21. Ademais, os softwares deverão ser adquiridos em um grupo para evitar que algum item não seja adjudicado, tendo em vista que alguns itens são interdependentes, ou seja, a não contratação de um deles inviabiliza a contratação dos demais, dependendo da solução onde eles sejam requisitados.

3. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

3.1. O Art. 5º, inciso I da IN nº 04/2014-SLTI/MP impossibilita a contratação de mais de uma solução de TI em um único contrato. Porém, neste caso, optou-se por manter um objeto único, separado por itens, pois se trata da aquisição de soluções integradas do mesmo fabricante para o ambiente computacional da ANCINE, que inclui:

3.1.1. Renovação de licenças;

3.1.2. Assinatura e aquisição de novas licenças;

3.1.3. Suporte especializado do fabricante.

3.2. Apesar de dividido por grupo e itens, a solução deve ser adquirida em um único lote, garantindo assim o cumprimento dos requisitos técnicos apresentados neste termo de referência.

3.3. O não parcelamento em detrimento do agrupamento dos itens se deve ao tipo de contrato de subscrição – EA (Enterprise Agreement), o qual não permite a comercialização das licenças separadamente, portanto, não existindo a possibilidade de licitar e homologar os itens separadamente. Este argumento foi confirmado pela Microsoft em comunicação eletrônica (1005858).

3.4. Além disso, justifica-se a aquisição em lote, pois os itens possuem natureza similar ou complementar e pertencem ao mesmo fabricante. A possibilidade de cada item ser adquirido de fornecedores distintos poderia trazer sérios prejuízos em relação ao suporte prestado, uma vez que alguns programas dependem de outros para seu pleno funcionamento.

3.5. Ademais, os softwares deverão ser adquiridos em um grupo para evitar que algum item não seja adjudicado, tendo em vista que alguns itens são interdependentes, ou seja, a não contratação de um deles inviabiliza a contratação dos demais, dependendo da solução onde eles sejam requisitados.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1. Os itens enquadram-se na classificação de bens e serviços comuns, nos termos da Lei no 10.520, de 2002; do Decreto no 3.555, de 2000; e do Decreto no 5.450, de 2005.

4.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. Assinatura e aquisição de licenças Microsoft na modalidade Enterprise Agreement (EA) com do Software Assurance por 36 meses (atual número do Registro Enterprise Microsoft: 7832033).

5.1.1. Tabela com listagem e quantidade de licenças:

Grupo	Item	Subitem	Quantidade	SKU	Item Name
1	1 (Software como Serviço)	1.1	800	AAA-10756	M365 E3 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr
		1.2	3	N9U-00002	VisioOnlnP2 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr
		1.3	15	7LS-00002	ProjOnlnProf ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr
		1.4	3	7SY-00002	ProjOnlnPrem ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr
		1.5	40	3Q2-00002	ProjOnlnEssntls ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr
	2 (Renovação de Manutenção e Suporte)	2.1	64	9GA-00006	CISStStdCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic
		2.2	24	9GS-00495	CISStDCCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic
	3 (Aquisição de Software)	3.1	10	7NQ-00302	SQLSvrStdCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic

6. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. Subscrição de licenças Microsoft na forma de licenciamento por volume Enterprise Agreement, com garantia de atualização de software por 36 (doze) meses dos seguintes softwares:

6.1.1. Part Number AAA-10756 (M365 E3 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr):

6.1.1.1. Pacote de produtos Windows e Office 365 ofertados em um único “part number”. Os produtos incluídos são:

1. Office 365 (Word, Excel, PowerPoint, Outlook, OneNote, Publisher, Access, Sharepoint, OneDrive for Business, Skype for Business);

2. Possibilidade de utilização do Office instalado em microcomputadores, smartphones, tablets, ou via Web;
3. Cada usuário poderá instalar o Office em cinco PCs ou Macs, cinco tablets (Windows, iPad e Android) e cinco telefones;
4. Migração do Exchange (servidor de correio eletrônico) para a nuvem Microsoft, possibilitando cada usuário ter uma caixa de correio de 100 GB e enviar anexos de até 150 MB, além de arquivamento ilimitado;
5. Antivírus e Antispam para Correio Eletrônico;
6. Sites de Equipe – compartilhamento de documentos com, no mínimo, 1TB de armazenamento de linha de base mais, no mínimo, 0,5GB por usuário;
7. Possibilidade de criptografia de mensagens eletrônicas;
8. Possibilidade de transmissão de reuniões no Skype for Business pela Internet para até dez mil pessoas, que podem participar pelo navegador ou por praticamente qualquer dispositivo;
9. Integração do Skype for Business com o Skype;
10. Microsoft Teams: Esse serviço reúne chats, conteúdo, pessoas e ferramentas para que as equipes tenham acesso imediato a tudo o que precisem;
11. Armazenamento pessoal na nuvem Microsoft (OneDrive);
12. Possibilidade de intranet corporativa Microsoft;
13. Portal de vídeo empresarial;
14. Rede Social Corporativa (Yammer);
15. Planner: ajuda a equipe a criar novos planos, organizar e atribuir tarefas, compartilhar arquivos, conversar sobre o trabalho e receber atualizações sobre o andamento;
16. Sway: aplicativo para criar relatórios, apresentações, boletins informativos e treinamentos envolventes e interativos na Web usando o telefone, o tablet ou o navegador;
17. Microsoft Flow: criação de fluxos de trabalho automatizados entre aplicativos e serviços para receber notificações, sincronizar arquivos, coletar dados e muito mais;
18. PowerApps: criação e publicação de aplicativos de negócios personalizados com rapidez para a Web e dispositivos móveis;
19. Arquivamento, criptografia, gestão de direitos e prevenção de perda de dados;
20. Permissão de atualização do Windows Desktop enquanto durar o contrato (3 anos);
21. Licenças de acesso para usuários CoreCAL Bridge, para transição de produtos e serviços do Office 365 para uso local, na edição Standard, com Software Assurance, em sua versão mais recente, composto de:
 22. Windows Server CAL;
 23. Exchange Server Standard CAL;
 24. SharePoint Server Standard CAL;
 25. System Center Configurations Manager CAL.
- 6.1.2. Part Number N9U-00002 - VisioOnlineP2 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr:
 - 6.1.2.1. O Visio Online (Plano 2) inclui o Visio Online, um aplicativo da área de trabalho do Visio sempre atualizado e 2 GB de armazenamento do OneDrive, por isso é o pacote de diagramação mais poderoso do Visio até o momento. O Visio vem com uma biblioteca robusta de modelos e formas internos e de terceiros, bem como ferramentas de colaboração integradas, para que sua equipe possa trabalhar em conjunto, praticamente a qualquer hora e em qualquer lugar.
- 6.1.3. Part Number 7LS-00002 – Project Online Professional:

6.1.3.1. Licença de ferramenta de gestão de projetos com o benefício de colaboração online e integrada com os aplicativos do Office 365.

6.1.4. Part Number 9GS-00495 - CISStEDCCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic:

6.1.4.1. Sistema operacional para servidores de rede que oferece uma infraestrutura de hospedagem dinâmica, permitindo escalar e proteger cargas de trabalho num ambiente datacenter tradicional, transformando-o em uma nuvem privada de infraestrutura e serviços. Fornece uma plataforma multi servidor com alta disponibilidade e gerenciamento centralizado, com flexibilidade para se criar e implantar serviços, aplicações e sites locais, na nuvem ou em ambos os ambientes, sem a necessidade de interrupção do funcionamento dos servidores físicos ou virtuais. Fornece aos usuários acesso flexível a dados e aplicações, simplifica o gerenciamento de um número ilimitado de máquinas virtuais, apresentando ainda ferramentas administrativas para controle e auditoria de autenticação e segurança.

6.1.5. Part Number 9GA-00006 - CISStdCore ALNG SA MVL 2Lic CoreLic:

6.1.5.1. Sistema operacional para endpoints Windows Server Standard em suas versões mais recentes, atualmente em sua versão Windows 2016.

6.1.6. Part Number 7NQ-00302 - SQLSvrStdCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic:

6.1.6.1. Software de Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados, a ser utilizado em conjunto com os softwares Whatsup Gold e LogRhythm, já adquiridos pela Ancine.

7. DO CONTRATO

7.1. O prazo de vigência contratual será de 36 (trinta e seis) meses, durante os quais está garantido o Software Assurance, contados a partir da data de assinatura do contrato, e poderá ser prorrogado mediante termo aditivo por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, na forma do artigo 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

7.2. A CONTRATADA obriga-se a manifestar sua intenção de não prorrogar o Contrato no prazo de 90 (noventa) dias antes do término do prazo de vigência, entendendo-se o silêncio da CONTRATADA como anuência quanto à prorrogação.

7.3. A resposta da CONTRATADA terá carácter irretratável, portanto, ela não poderá após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular sua decisão. Eventual desistência da CONTRATADA após a assinatura do Termo Aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação neste sentido ensejará aplicação das sanções administrativas previstas, ainda que a CONTRATADA tenha silenciado quanto à prorrogação.

7.4. Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

7.5. A permanência da contratação será justificada e motivada por escrito, e deverá constar do processo de renovação. No momento da prorrogação contratual, o CONTRATANTE irá assegurar de que os preços contratados continuam compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa, em relação à realização de uma nova licitação. O CONTRATANTE também verificará se as condições de habilitação exigidas no momento inicial da contratação ainda se manterão vigentes.

7.6. A partir da assinatura do contrato, passam a ser aplicáveis todos os termos de aditamento que vierem a ser celebrados e que importem em alteração de qualquer condição contratual, desde que sejam assinados por representantes legais das partes, observados os limites e as formalidades legais.

8. DIREITO DE USO

8.1. O direito de uso das licenças dos softwares é permanente, sendo o direito de atualização das versões e dos serviços de suporte e de armazenamento e colaboração pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses.

9. MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO

9.1. Os contratos com licenciamento Microsoft Software Assurance devem oferecer acesso aos

serviços eletrônicos via Web e aos serviços telefônicos de suporte para resolução de problemas, que contemplam as seguintes características:

9.1.1. A CONTRATADA ou o fornecedor (Microsoft) deverá disponibilizar suporte Técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana, através de número de telefone de discagem gratuita (0800) e Internet, para abertura de chamados técnicos objetivando respostas de problemas e dúvidas quanto ao funcionamento dos softwares;

9.1.2. Para abrir solicitações de resolução de problema será fornecida, para indivíduos autorizados por um administrador de Benefícios de Suporte SA, a identificação de acesso do Software Assurance;

9.1.3. As atualizações de versões das licenças serão realizadas durante todo o período de vigência contratual (36 meses);

9.1.4. A empresa contratada deverá fornecer novas versões corretivas ou evolutivas dos softwares, mesmo em caso de mudança de designação do nome do software, devendo compreender a correção de falhas e implementação de melhorias no produto, independentemente de correções tornadas públicas;

9.1.5. As versões das licenças deverão ser as mais recentes disponibilizadas no mercado pelo fabricante;

9.1.6. A cada nova liberação de versão das licenças, a empresa contratada deverá fornecer as atualizações de manuais e demais documentos técnicos, bem como nota informativa das novas funcionalidades implementadas;

9.1.7. As novas versões das licenças adquiridas, quando aplicável, deverão ser disponibilizadas em até 15 (quinze) dias, a partir do lançamento oficial da nova versão;

9.1.8. O objeto deverá ser entregue pela internet, via e-mail, ou fisicamente em mídia própria entre segunda e sexta-feira, durante o horário comercial (das 09h00 às 18h00), no edifício sede da ANCINE, localizado na Av. Graça Aranha, 35, Gerência de Tecnologia da Informação – SGI / GTI;

9.1.9. No caso de ser entregue por e-mail ou disponibilizado em site da contratada mediante senha de usuário, a contratada deverá informar todos os requisitos necessários de download e instalação do software, bem como disponibilizar toda a documentação prevista, inclusive manual de utilização do usuário;

10. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.2. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.3. notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.1.4. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.1.6. indicar, formalmente os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

10.1.7. rejeitar, no todo ou em parte, os produtos fornecidos que estejam em desacordo com as especificações deste Termo de Contrato;

10.1.8. comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade havida durante a execução dos serviços, para adoção das providências de saneamento;

10.1.9. prover instalações elétricas e de infraestrutura adequadas em seus ambientes, bem como os equipamentos computacionais, seus periféricos e todos os demais insumos a serem utilizados;

10.1.10. fornecer à CONTRATADA as informações necessárias à execução do contrato;

10.1.11. informar à CONTRATADA dos atos e as normas que vierem a baixar e que impliquem em

alterações nos dispositivos previstos no contrato;

10.1.12. permitir o acesso dos profissionais disponibilizados pela CONTRATADA às unidades da CONTRATANTE para a execução do contrato, desde que identificados e incluídos na relação de técnicos autorizados e respeitadas as normas de segurança vigentes nas dependências da CONTRATANTE;

10.1.13. exercer a gestão e fiscalização do objeto do contrato pelos fiscais designados sob o aspecto quantitativo e qualitativo anotando em registro próprio as falhas detectadas;

10.1.14. efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

11.1.2. executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.4. utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.1.5. apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

11.1.6. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

11.1.7. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

11.1.8. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.9. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.10. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11.1.11. o objeto deve ser integralmente no idioma português do Brasil.

11.1.12. executar com exatidão a entrega e suporte do objeto contratado, conforme especificações, prazo e local, acompanhado de respectiva Nota Fiscal.

11.1.13. guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação, assinando o Termo de Compromisso correspondente quando da celebração do contrato. O documento deverá estar em conformidade com o disposto na Instrução Normativa Nº04, de 12 de novembro de 2010, da SLTI.

11.1.14. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do

§ 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.1.15. não transferir a terceiros o Contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

11.1.16. responder por eventuais problemas relacionados à execução dos serviços durante todo o período de garantia oferecido, solucionando-os consoante estabelecido no Termo de Referência.

11.1.17. comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, todas as ocorrências que possam vir a impossibilitar ou postergar a execução dos serviços.

11.1.18. submeter à aprovação da CONTRATANTE, com o devido planejamento, a execução de atividades que necessitem de interrupção de sistemas, indisponibilidade de recursos e equipamentos ou alteração da rotina dos trabalhos de qualquer setor funcional em decorrência da instalação a ser efetuada.

11.1.19. cumprir rigorosamente todas as programações e atividades constantes do objeto do contrato e que venham a ser estabelecidas ou aprovadas pelo CONTRATANTE.

11.1.20. prestar assistência técnica para a solução fornecida, com suporte em horário comercial, pelo período contratado.

11.1.21. substituir os softwares e/ou hardwares componentes da solução por outros similares em caso de descontinuidade dos produtos pelo fabricante. Deverá ser mantida a aderência às especificações técnicas exigidas na contratação.

11.1.22. informar antecipadamente a qualificação de empregados da CONTRATADA que necessitem ingressar nas dependências da CONTRATANTE.

11.1.23. não disponibilizar qualquer informação de propriedade da CONTRATANTE, por qualquer meio e para qualquer finalidade a terceiros, sem a anuência expressa desta.

11.1.24. relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

11.1.25. em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca dos serviços do contrato sem prévia autorização da CONTRATANTE.

11.1.26. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.1.27. arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a esta instituição.

11.1.28. proporcionar toda a orientação técnica requerida pelo CONTRATANTE, visando à perfeita e plena utilização dos equipamentos em suas aplicações.

11.1.29. fornecer endereços em sítio do fabricante bem como as credenciais de acesso necessárias para execução de downloads dos programas em suas versões mais recentes.

11.1.30. fornecer, juntamente com os produtos, a documentação técnica – completa e atualizada, com manuais do fabricante, guias de instalação e outros pertinentes, todos originais. Referida documentação poderá ser disponibilizada em sítio da Microsoft, com acesso liberado ao CONTRATANTE.

11.1.31. dar conhecimento ao CONTRATANTE quanto às informações referentes a novas versões e releases dos softwares adquiridos que sejam lançados no mercado.

11.1.32. a CONTRATADA (ou a fabricante) deverá disponibilizar à CONTRATANTE um Web Portal que ofereça as seguintes opções:

11.1.32.1. relatórios de inventário dos softwares adquiridos e histórico de aquisições;

11.1.32.2. gerenciamento do contrato de licenciamento, com acesso online aos dados dos contratos e documentos digitais (contratos, licenças, Notas Fiscais, etc);

11.1.32.3. controle de chaves de ativação dos produtos, vouchers, alertas de vencimento;

11.1.32.4. gerenciamento das permissões e direitos de acesso dos usuários;

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, e na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

14.5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.6. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.11. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.12. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.13. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar

e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.14. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.16. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.18. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO:

INDICADOR	
Disponibilidade dos Seistemas	
Item	Descrição
Finalidade	Manutenção da Disponibilidade dos Sistemas
Meta a Cumprir	95% de disponibilidade dos serviços em nuvem
Instrumento de Medição	Portal de Administração do Office 365
Forma de Acompanhamento	Verificação de gráficos e relatórios de disponibilidade
Periodicidade	Mensal
Início de Vigência	Assinatura Contratual
Faixas de Ajuste no Pagamento	Disponibilidade igual ou maior a 95% - 100% do pagamento
Sanções	Abaixo de 95% - multa de 0,2% até 3,2% sobre o valor mensal contratual
Observações	

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

15.2.2. Multa de:

15.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

15.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

15.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

15.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

15.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.

15.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

15.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

15.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.3, 15.2.4 e 15.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Empreitada:	(X)	Preço Global	()	Preço Unitário
Adjudicação do Objeto:	(X)	Global	()	Por Item

16.1. Proposta de Preço

16.1.1. Os fornecedores deverão apresentar proposta contendo:

16.1.1.1. Preço, em uma só parcela, contemplando os valores unitário e total, em moeda nacional, em algarismo por extenso, já considerando todas as despesas com tributos, fretes e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os materiais, mesmo que não estejam registrados nestes documentos;

16.1.2. Deverá ser apresentado o valor do software e da garantia, e o somatório destes deverá ser igual ao valor registrado na licitação;

16.1.3. Será considerada vencedora a proposta de menor valor, desde que atendidas às exigências contidas neste Termo de Referência e no edital do Pregão.

16.2. **Requisitos de Capacidade e Experiência para assinatura do contrato:**

16.2.1. Os seguintes requisitos devem-se à exigência da fabricante Microsoft para que revendedores possam comercializar licenças com órgãos governamentais, sem estes a fabricante não autoriza sua revenda:

16.2.1.1. A Licitante deverá comprovar credenciamento pelo Fabricante na categoria Large Account Reseller – LAR/Licensing Solution Partner - LSP, ou seja, que comprove poder operacionalizar/vender acordos de volume Microsoft.

16.2.1.2. Licitante deverá comprovar credenciamento pelo Fabricante na categoria Government Partner – GP, ou seja, que comprove poder operacionalizar/vender acordos de volume exclusivo para o segmento de Governo.

16.2.2. Conforme entendimento exposto nos termos do Acórdão TCU nº 1004/2017, do Plenário, não cabe à Administração imiscuir-se no tipo de relação entre o revendedor e o fabricante. No entanto, é condição imprescindível que a empresa esteja devidamente autorizada a assinar o contrato nos termos do edital. Tal autorização poderá ser verificada através de declaração (ou outro meio hábil) emitida pela Microsoft comprovando ser o parceiro um Government Partner, ou que o parceiro goze de alguma condição de exceção franqueada pela Microsoft, ou qualquer outra situação que demonstre de forma inequívoca a condição de autorizada.

16.2.3. O(s) documento(s) apresentado(s) pela licitante para comprovação de sua qualificação técnica, além de possuir informações técnicas e operacionais suficientes para qualificar o escopo realizado, deverá

conter dados que possibilitem à Ancine, caso julgue necessário, confirmar sua veracidade junto ao cedente emissor.

16.2.4. Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo.

16.3. Requisitos de Manutenção

16.3.1. As novas soluções deverão ser implantadas e testadas, com o suporte da CONTRATADA, em ambiente controlado por pelo menos 15 (quinze) dias antes de serem implementadas em todo o ambiente corporativo da CONTRATANTE;

16.3.2. As soluções porventura migradas para novas versões deverão contar com a participação ativa da CONTRATADA por, no mínimo, 15 (quinze) dias até que a solução encontre-se estável e sem erros.

16.3.3. Durante todo o tempo do contrato deverá ser prestado suporte técnico às soluções com um prazo de resposta de, no máximo 2 (dois) dias, e prazo de solução de, no máximo, 30 (trinta) dias.

16.3.4. As licenças de softwares adquiridas devem se beneficiar do programa Microsoft Software Assurance.

16.3.5. As atualizações de versões das licenças serão realizadas durante todo o período de vigência contratual (36 meses).

16.3.6. A empresa contratada deverá fornecer novas versões corretivas ou evolutivas dos softwares, mesmo em caso de mudança de designação do nome do software, devendo compreender a correção de falhas e implementação de melhorias no produto, independentemente de correções tornadas públicas.

16.4. Requisitos Temporais

16.4.1. Em até 15 dias após a entrega das licenças de softwares adquiridas, fornecer à ANCINE acesso aos sites do fabricante, atualização de novas versões, download dos produtos, chave de licenciamento e suporte junto ao fabricante.

16.4.2. Em até 15 dias, contados a partir da data de lançamento da nova versão ou release das licenças adquiridas, prover a atualização ou disponibilização para download de qualquer software licenciado e adquirido pela ANCINE.

16.4.3. O objeto deverá ser entregue pela internet, via e-mail, ou fisicamente em mídia própria entre segunda e sexta-feira, durante o horário comercial (das 09h00 às 18h00), no edifício sede da ANCINE, localizado na Av. Graça Aranha, 35, Gerência de Tecnologia da Informação – SGI / GTI.

16.5. Requisitos Legais

16.5.1. Deverá ser observada a Portaria Interministerial MP/MC/MD Nº 141 DE 02/05/2014 e o Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013;

16.5.2. Requisitos de Segurança

16.5.3. Pela natureza da atividade da ANCINE, os serviços deverão propiciar segurança dos dados. As soluções contratadas não deverão fornecer acesso externo não autorizado aos dados da CONTRATANTE;

16.6. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

16.6.1. Em caso de entrega de produtos físicos, estes sejam preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

16.7. Requisitos de Garantia

16.7.1. A empresa contratada deverá fornecer a garantia de trinta e seis (36) meses, a contar da data do ateste da nota fiscal, e durante esse período fornecer todas as atualizações técnicas do software adquirido, revisões dos manuais técnicos e/ou da documentação bem como prestar suporte junto ao fabricante

17. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

17.1. Apresentar 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica, pública ou privada, comprovando a experiência em venda nos softwares Microsoft.

18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1. A entrega das licenças se dará em até 15 dias após a assinatura do contrato.

18.2. Em até 15 dias após a entrega das licenças de softwares adquiridas, fornecer à ANCINE acesso aos sítios do fabricante, atualização de novas versões, download dos produtos, chave de licenciamento, curso de e-Learning, suporte junto ao fabricante.

18.3. Em até 15 dias, contados a partir da data de lançamento da nova versão ou release das licenças adquiridas, prover a atualização ou disponibilização para download de qualquer software licenciado e adquirido pela ANCINE.

18.4. Caso se veja impossibilitada de cumprir o estipulado no Item 18.3, a EMPRESA A SER CONTRATADA deverá apresentar justificativas escritas e devidamente comprovadas, apoiando o pedido de prorrogação em ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato.

18.5. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste instrumento contratual, no Termo de Referência e na Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA.

18.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento contratual, no Termo de Referência e na Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação direcionada à CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

18.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Circunstanciado.

18.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

18.8. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

18.8.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

18.8.2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

18.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

19.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

19.2.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

19.2.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

19.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento do relatório mencionado acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da

execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

19.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

19.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

19.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

19.4. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

19.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

19.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

20. FUNDAMENTOS LEGAIS

- 20.1. Lei Federal nº 8.666/1993.
- 20.2. Lei Federal nº 10.520/2002.
- 20.3. Decreto nº 3.555/2000.
- 20.4. Decreto nº 5.450/2005.
- 20.5. Decreto nº 7.174/2010.
- 20.6. Instrução Normativa SLTI nº 04/2014.
- 20.7. Instrução Normativa MP nº 05/2017.

21. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

- 21.1. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

O presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pelo documento de Instituição de Equipe de Planej. da Contratação (SEI nº 0999191).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Ferreira Pinto Bezerra Da Silva, Analista Técnico - CCT II**, em 26/11/2018, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Tamberlini Alves, Gerente de Tecnologia da Informação**, em 26/11/2018, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Simas, Analista Administrativo**, em 26/11/2018, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabício Duarte Tanure, Secretário de Gestão Interna**, em 26/11/2018, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1081484** e o código CRC **C876A5CD**.

